

'Playing with fire'

JOELMIR BETING

Banqueiros americanos e europeus, credores do mundo, estão reunidos, desde ontem, na aristocrática Filadélfia, para o trato de um assunto candente: o repatriamento cada vez mais "duvidoso" dos US\$ 830 bilhões que andaram aplicando no terceiro mundo.

Da reunião discretamente convocada participam o Diretor do FMI, Jacques de Larosière, e o Presidente do Banco Central dos Estados Unidos, Paul Volcker, também conhecido por "Mr. Dollar".

No seu despacho de Nova York, Paulo Francis informa que "a reunião de Filadélfia terá muito mais importância sobre o nosso futuro do que o espetáculo de televisão que veremos neste próximo fim de semana, a conferência de cúpula dos sete grandes, em Londres".

★ ★ ★

Reunião de banqueiros a portas fechadas virou rotina nos últimos 20 meses de inadimplência universal. A novidade está na participação do Diretor do FMI e do Presidente do FED (sigla do sistema de reserva federal, algo mais que um Banco Central).

Enquanto o FMI deplora a articulação de um movimento latino-americano para a renegociação em bloco dos termos da dívida externa, o vigoroso Paul Volcker defende a fixação de um teto para os juros que incidem sobre a dívida já contratada do terceiro mundo. E ergue o dedo em riste na direção dos charutos acesos da comunidade financeira:

"Vocês estão brincando com fogo. A alta dos juros livres, nos últimos quatro anos, fez da dívida externa dos países em desenvolvimento um compromisso não mais administrável. Doravante, o problema deixa de ser dos devedores, passa a desafiar os próprios fundamentos do sistema bancário. Temos de interromper a contagem regressiva para a catástrofe geral."

★ ★ ★

Semana passada, com a moratória unilateral da Bolívia, o terceiro mundo inteiro vislumbrou a primeira luz no fim do túnel: a possibilidade de uma renegociação da dívida externa em termos necessariamente políticos e — não menos importante — também em bloco.

Paul Volcker não afasta essa possibilidade:

"Se o lado credor não facilitar a vida do lado devedor, tudo pode acontecer. Uma moratória coletiva de cinco anos assumida por mutuários de grande porte desorganizaria o sistema financeiro e afundaria os bancos privados numa crise física, a dos prejuízos materiais. E numa crise política, a da perda de confiança no sistema por depositantes, investidores, acionistas, contribuintes e congressistas."

★ ★ ★

Essa deterioração da imagem de solidez dos bancos e de sensatez dos banqueiros já começou e está na "Time" desta semana, sob o título "A Crisis of Confidence".

O caso do Continental Illinois é colocado como primeira fumaça na linha do horizonte. Ou como primeira vítima do "boomerang" dos juros extorsivos. A hipótese da moratória em bloco, a partir da América Latina, acaba de subir do terreno da piada para o patamar da ameaça. Na charge da "Time", lá está o sistema bancário americano acorrentado por duas serpentes do inverno. A da direita, chamada "interest rate", vomita o fogo de 12,5 por cento ao ano. A da esquerda, não menos indignada, carrega quatro adesivos: Brasil, México, Argentina e Venezuela. No centro, um banqueiro de joelhos, olhos esbugalhados, com as mãos em prece. Só faltou a legenda:

"Capital is the world's most cowardly commodity."

Em Filadélfia, o maior credor da América Latina, Walter Eriston, do Citicorp, suspira fundo e proclama que "vai tudo bem, bem melhor do que no ano que vem..."

O Citicorp, vulgo Citibank, já enterrou US\$ 11,6 bilhões ao Sul do Rio Grande, dos quais US\$ 4,7 bilhões no Brasil, US\$ 2,9 bilhões no México, US\$ 1,6 bilhão na Venezuela e US\$ 1,3 bilhão na Argentina, entre outros menos dopados.

Pois a direção do banco entalado, nos pronunciamentos de Walter Eriston ou de William Rhodes, não admite a renegociação dos contratos em curso. Muito menos em bloco. Rejeita a proposta de juros fixos ou de tetos para as taxas livre e sustenta, solenemente, sem calafrio na espinha, que os devedores podem pagar as dívidas nas bases "já renegociadas".

★ ★ ★

Compete ao bloco endividado comprovar, fisicamente, que não tem condição de honrar o compromisso no prazo contratado. A juros de mercado, ou na observação de Martin Mayer, em seu novo livro "The Money Bazaars", os devedores devem tirar imediato proveito da "Crisis of Confidence" que hoje acossa o sistema bancário, apresentando a minuta de um novo contrato em bases tecnicamente viáveis e politicamente dignas, do gênero "nobody is going to lose".

A Bolívia vai fazer isso dia 15, ao largo da reunião dos chanceleres latino-americanos convocada pelos Presidentes do Brasil, Argentina, Colômbia e México.

★ ★ ★

Entre outros alívios, a Bolívia exige 48 meses sem remessa de um único dólar de juros ou de principal, com retomada dos pagamentos em 1989 na bitola da conveniência nacional: para cada quatro dólares de receita de exportação, um dólar para o serviço da dívida.

Do outro lado do balcão, o Bank America, maior credor da Bolívia, informa que a proposta não merece consideração e vale por um calote disfardado de moratória: o débito só estaria saldado no ano 2492, um milênio após a descoberta da América.

Ainda assim, sem um "roll-over" de um único dólar.

Para o Brasil, o exemplo boliviano tem significado político mas não embasamento técnico. Os bancos credores não suportariam a interrupção sumária do refluxo do capital alugado. Simplesmente porque estão remunerando os poupadores, verdadeiros titulares do recurso emprestado, com juros de até 14 por cento ao ano.

A Bolívia prefere lembrar que os países devedores não mais suportam a cupidez dos poupadores. Os bancos que tratem de fazer uso do oligopólio inarredável para a derubada das taxas na ponta da captação da poupança, sob pressão da ponta de recepção do recurso.

Essa baixa orquestrada dos juros teria de ser liderada pelo Tesouro dos Estados Unidos, maior captador de poupança do público no sistema financeiro americano (e europeu).

★ ★ ★

Essa articulação do Tesouro com os bancos está sendo esboçada na reunião de Filadélfia. No mínimo, para aliviar a barra do Presidente Reagan na conferência dos sete grandes, a partir de amanhã, em Londres. Ou para esfriar a campanha conjunta dos governos da América Latina, nos preparativos para a reunião dos chanceleres, agora que credores e devedores encaram como possibilidade menos remota a alternativa da "moratória, já", negociada ou não.

O Governo brasileiro ainda acha que moratória é palavra, mas já admite a participação do Itamaraty no trato palaciano da dívida externa.